



Canal Energia - 26 Abr 2004

Mudanças no cálculo do superávit não animam investidores e especialistas

Para empresários, aumento dos investimentos públicos em infra-estrutura não será suficiente para atender necessidades

A possibilidade de o Fundo Monetário Internacional (FMI) ceder aos argumentos do governo e desconsiderar os investimentos em infra-estrutura como gastos públicos, liberando-os da meta de superávit primário (4,25% do PIB), não seduz representantes da classe empresarial e especialistas no setor elétrico. As avaliações pouco animadoras baseiam-se na possibilidade de um resultado limitado diante das condições impostas pelo FMI para a adoção da medida.

Pelas bases do acordo firmado neste final de semana em Washington entre o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e a diretora-gerente interina do Fundo, Anne Krueger, apenas projetos-pilotos com rentabilidade comprovada e realizados em parceria com órgãos bilaterais poderão ser retirados da meta de superávit, num primeiro momento. Na avaliação de executivos, as restrições não possibilitarão um aumento significativo de recursos a serem investidos na infra-estrutura.

Apesar de considerar positiva a possibilidade de um investimento maior no setor, o presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), José Augusto Marques, considera que os projetos-pilotos, por si só, não serão suficientes para atender as demandas em áreas como energia elétrica, transportes, saneamento e petróleo. "Esse acordo será seletivo, e ainda vai demorar um pouco para trazer algum resultado prático", afirmou Marques, em nota.

Na mesma linha, o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, se mostra reticente diante de um quadro de aumento considerável no volume de investimentos de empresas estatais no setor elétrico. Sales, assim como José Augusto Marques, lembra que a necessidade de investimentos anuais em infra-estrutura no país será de US\$ 20 bilhões nos próximos 10 anos, sendo que a parcela privada responderá por pelo menos 60% do montante.

"É importante que uma notícia como esta não confunda as coisas, a ponto de se achar que o país pode prescindir de novos investimentos privados", observa o presidente da CBIEE. Pleitos antigos do empresariado, como o estabelecimento de marcos regulatórios estáveis e a garantia de autonomia e independência das agências reguladoras, são lambrados pelos dois executivos como fatores cruciais para a entrada da parcela privada em investimentos de infra-estrutura.

Ciclo estatal - Para o professor Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), as mudanças pretendidas pelo governo no cálculo da meta de superávit sustenta a atual política econômica, que visa, segundo ele, a uma volta do ciclo de investimento estatal. O especialista cita como exemplo os marcos regulatórios para o setor elétrico e para as agências de regulação, além de casos pontuais, como a entrada do BNDES na Vale do Rio Doce e, possivelmente, na Embratel.

Pires comenta que, no caso dos investimentos em infra-estrutura, a principal preocupação do FMI é controlar despesas excessivas do governo, já que o custo do capital investido pelas estatais é mais alto. "Na visão do Fundo, a liberação total pode colocar em perigo a política de austeridade fiscal, com gastos públicos desmensurados. Isso, no final das contas, pode trazer de volta tanto a alta da inflação quanto o descontrole do câmbio", avalia o especialista.

Alguns projetos defendidos pelo governo, como as usinas do rio Madeira, diz Pires, apresentam baixíssima rentabilidade, e por isso não devem receber carta branca do Fundo. De acordo com o economista Alex Agostini, da Global Invest, o resultado concreto das mudanças pretendidas pelo governo no superávit, caso sejam aprovadas pelo FMI, serão de longo prazo, em função do tempo de maturação dos projetos de energia, que em alguns casos chegam a até seis anos.